



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO PÚBLICO - 2008

CONTADOR

INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
- Um **caderno de questões** contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva;
- Um **cartão de respostas** personalizado para a Prova Objetiva.
- **É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo informado em seu cartão de respostas.**
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a Prova Objetiva. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do **cartão de respostas**.
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 28/2008 – Item 9.11 alínea a).
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar o seu **caderno de questões**, o seu **cartão de respostas**, e retirar-se da sala de prova (Edital 28/2008 – Item 9.11 alínea c).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado** e o **caderno de respostas** (Edital 28/2008 – Item 9.11 alínea f).
- Somente será permitido levar seu **caderno de questões** faltando uma hora para o término estabelecido para o fim da prova (Edital 28/2008 – Item 9.11 alínea d).
- **Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas** (Edital 28/2008 – Item 9.11 alínea e).
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos (Edital 28/2008 – Item 9.11 alínea g).
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas** **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



CRONOGRAMA PREVISTO

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito - Prova Objetiva (PO)	02/06/2008	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra o gabarito (RG) da PO	03 e 04/06/2008	www.nce.ufrj.br/concursos
Divulgação do resultado do julgamento dos RG da PO e o resultado preliminar das PO	16/06/2008	www.nce.ufrj.br/concursos

Demais atividades, consultar no endereço eletrônico www.nce.ufrj.br/concursos



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1 - CULTURA DA VIOLÊNCIA

Sob o conceito de “cultura da violência”, alguns cientistas procuram demonstrar que a violência é uma coisa normal em nosso país. Para Ciro Marcondes Filho, pesquisador da USP, nossa violência fundadora seria caracterizada por traços particulares relativos às seguintes variáveis da violência do novo século:

Um agir indiferente: por acreditarem que não haverá punição, indivíduos agem despreocupadamente na direção de seus interesses, à revelia das normas e direitos constituídos. A lei é apenas uma figura abstrata e só tem validade como recurso de autodefesa e perseguição dos inimigos.

Um agir vândalo: decorrência, em parte, do primeiro item, o agir vândalo consiste na destruição insensível e inconseqüente do bem público, dos símbolos de cidadania, de urbanidade, indo até as formas mais elementares de interação social.

Um agir cínico: junto com a indiferença, o cinismo é a marca do fim de século, em que as lutas sociais perderam a força. O agir inescrupuloso, oportunista, que ignora e é arrogante diante das responsabilidades, encontra, no Brasil, um território extenso de desenvolvimento, particularmente na política, na atitude das empresas e nas formas de imoralidade administrativa sistematicamente denunciadas no País.

Em todos os casos, existe consciência de que a cultura é tolerante diante dos excessos, os arbítrios se protegem mutuamente, os agentes buscam lucrar com os desvios e os que não fazem o jogo são perseguidos, isolados ou punidos.

01- A finalidade do emprego das aspas no termo “cultura da violência”, no primeiro período do texto está adequadamente dada em:

- (A) destacar uma palavra ou expressão tomada conceitualmente;
- (B) fazer sobressair termos ou expressões;
- (C) acentuar o valor significativo de uma palavra ou expressão;
- (D) realçar ironicamente uma palavra ou uma expressão;
- (E) marcar o início e o fim de uma citação.

02- A frase abaixo em que é optativa a utilização do acento grave indicativo da crase sobre o vocábulo sublinhado é:

- (A) “...indo até as formas mais elementares de interação social”;
- (B) “...relativos às seguintes variáveis da violência do novo século”;
- (C) “Junto com a indiferença,...”;
- (D) “...existe consciência de que a cultura é tolerante...”;
- (E) “...à revelia de normas e direitos constituídos...”.

03- A indiferença citada no segundo parágrafo se dirige:

- (A) à punição provável;
- (B) aos interesses próprios;
- (C) às normas e direitos constituídos;
- (D) à abstração da lei;
- (E) à autodefesa e a perseguição dos inimigos.

04- No primeiro parágrafo do texto, cita-se a “violência fundadora”; entende-se que essa é a violência que:

- (A) gera outras formas de violência;
- (B) tem aspectos primitivos;
- (C) destrói a base de algo;
- (D) copia estruturas externas;
- (E) tem raízes em nossa história.

05- “...nossa violência fundadora seria caracterizada por traços particulares...”; a forma de voz ativa equivalente a essa frase passiva é:

- (A) traços particulares caracterizavam nossa violência fundadora;
- (B) traços particulares tinham caracterizado nossa violência fundadora;
- (C) traços particulares caracterizariam nossa violência fundadora;
- (D) traços particulares haviam caracterizado nossa violência fundadora;
- (E) traços particulares caracterizaram nossa violência fundadora.

06- De acordo com o que é expresso no segundo parágrafo do texto, NÃO se pode dizer que no Brasil:

- (A) a ideologia totalitária do fazer e desfazer é predominante;
- (B) o individualismo predomina sobre os interesses sociais;
- (C) as leis são continuamente desrespeitadas;
- (D) as normas legais são desconhecidas e valem em poucos momentos;
- (E) a autodefesa é um dos motivos de apelo às leis.

07- “A lei é apenas uma figura abstrata e só tem validade como recurso de autodefesa e perseguição dos inimigos”; a função dos termos sublinhados é:

- (A) indicar a simplicidade das nossas leis;
- (B) marcar uma posição do autor do texto sobre o que é dito;
- (C) destacar a importância da aplicação de nossas leis;
- (D) destacar a inutilidade de nossas leis na sociedade atual;
- (E) ridicularizar o papel das leis na solução dos conflitos sociais.

08- O “agir vândalo” é, segundo o texto, decorrente parcialmente do “agir indiferente” porque também:

- (A) é feito à revelia de normas e direitos;
- (B) persegue os inimigos;
- (C) pratica ações que atentam contra a urbanidade;
- (D) age exclusivamente por interesse próprio;
- (E) acredita na ausência de leis abstratas.



09- Seguindo o tom do texto, há um conjunto de palavras que apresentam significado negativo; a palavra cujo significado NÃO está adequadamente indicado é:

- (A) agir indiferente = sem atribuir qualquer importância;
- (B) agem despreocupadamente = sem preocupações maiores;
- (C) destruição insensível = sem sensibilidade ecológica;
- (D) destruição inconseqüente = sem avaliar as conseqüências;
- (E) agir inescrupuloso = sem escrúpulos de qualquer espécie.

10- Segundo Aristóteles, violência “é tudo aquilo que, vindo do exterior, se opõe ao movimento interior de uma natureza”; a frase do texto que está adequada com essa definição aristotélica de violência é:

- (A) “a violência é uma coisa normal em nosso país”;
- (B) “a lei é apenas uma figura abstrata”;
- (C) “a cultura é tolerante diante dos excessos”;
- (D) “os agentes buscam lucrar com os desvios”;
- (E) “os que não fazem o jogo são perseguidos”.

11- “Não nos presumamos de haver encontrado a verdade. Busquemo-la como se fosse desconhecida”; considerando ser esse um pensamento filosófico, o pronome “nos” se refere:

- (A) a toda a humanidade;
- (B) àqueles que procuram a verdade;
- (C) aos leitores do pensamento;
- (D) ao autor e aos leitores do pensamento;
- (E) aos homens de cultura.

12- Entre os dois períodos do pensamento da questão anterior, poderia estar adequadamente escrito o conector seguinte:

- (A) porque;
- (B) embora;
- (C) sem que;
- (D) apesar de;
- (E) e.

13- “Um estudo elaborado em 2006 mostra que 61% das pessoas envolvidas em acidentes de trânsito haviam ingerido bebida alcoólica. A pesquisa é de autoria da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet)”; essa observação tenta mostrar que:

- (A) a bebida alcoólica é a principal responsável pelos acidentes de trânsito;
- (B) as pessoas que bebem antes de dirigir deveriam sofrer punições mais graves;
- (C) os acidentes de trânsito têm significativa relação com a ingestão de bebida alcoólica;
- (D) há grande preocupação com o grande número de acidentes de trânsito no país;
- (E) a bebida alcoólica deveria ser proibida para todos os que dirigem.

14- Entre as afirmações abaixo, extraídas de notícias de jornal, são apresentados como fatos e NÃO como hipóteses ou opiniões , as alternativas:

1. Sinais de trânsito podem ter apresentado defeitos em 25 acidentes.
2. Segundo alguns, a ação dos traficantes ficou fora de controle.
3. Xiitas e sunitas não conseguiram chegar a um acordo no Iraque.
4. Equipes chegam a Pequim para tentar controlar o incêndio nas florestas.
5. Seja qual for o próximo presidente, é provável que a economia se mantenha estável.

- (A) 1, 2 e 5;
- (B) 1, 3 e 5;
- (C) 2, 3 e 4;
- (D) 2 e 5;
- (E) 3 e 4.

15- Tendo em vista as regras de concordância, assinale a opção em que a forma verbal entre parênteses NÃO completa corretamente a lacuna da frase:

- (A) ___ os atletas estrangeiros competir com os nossos. (Podem)
- (B) ___ comprovadamente roupas e máquinas de uso restrito. (Existem)
- (C) ___ a diferentes propósitos a criação de roupas especiais. (Atendem)
- (D) ___ motivo de revolta certas reações às regras sociais. (Constituem)
- (E) ___ à condenação de um grupo social seus hábitos lingüísticos. (Servem)

16- Assinale a opção em que a preposição *com* exprime a mesma idéia que possui em “surge a tecnologia para trabalhar com os cientistas”:

- (A) O cozinheiro cortava a carne com a faca;
- (B) Ela se retirou com um protesto tímido;
- (C) Tinha enriquecido com as exportações;
- (D) O palhaço deve rir com o público, não do público;
- (E) Ele se surpreendeu com a minha reação.

17- Assinale a opção em que o uso do acento grave indicativo da crase constituiria ERRO:

- (A) uma ameaça as espécies;
- (B) uma ameaça a espécie;
- (C) uma ameaça a nossa espécie;
- (D) uma ameaça a esta espécie;
- (E) uma ameaça as principais espécies.

18- Assinale o vocábulo cujo prefixo se distingue semanticamente do de *incrível*:

- (A) inadaptado;
- (B) desnutrição;
- (C) importadores;
- (D) inadequado;
- (E) atípico.



19- Tendo em vista as regras de concordância, assinale a opção em que a forma entre parênteses NÃO completa corretamente a lacuna da frase:

- (A) São bastante ____ tais idéias e opiniões sobre o governo. (conhecidas)
- (B) Serão ____ tanto os diretores quanto as pessoas a eles subordinadas. (punidos)
- (C) Torna-se muito ____ a música e os meios de divulgação dos artistas. (imitadas)
- (D) Podem ser neste ponto ____ a atitude dos ex-operários e a dos modernos operários. (equiparadas)
- (E) Ficam _____ nas costas de poucos todos os deveres e responsabilidades. (colocados)

20- Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna da frase – “Assim é o filme _____ diretores me referi há pouco.”:

- (A) sobre cujo;
- (B) a cujos;
- (C) os quais;
- (D) em cuja;
- (E) de cujas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21- O Estado Contemporâneo deve instituir e dinamizar a ordem jurídica, exercendo sua função:

- (A) normativa ou executiva;
- (B) normativa ou legislativa;
- (C) normativa ou administrativa;
- (D) executiva ou discricionária;
- (E) discricionária ou estatal.

22- O Plano Plurianual – PPA é instrumento de planejamento de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas do governo para os projetos e programas de longa duração, tendo sua validade de:

- (A) 5 anos, iniciando no primeiro ano do mandato e terminando ao fim do primeiro ano do mandato subsequente;
- (B) 5 anos, iniciando no segundo ano do mandato e terminando ao fim do segundo ano do mandato subsequente;
- (C) 6 anos, iniciando no primeiro ano de mandato e terminando ao fim do mandato;
- (D) 4 anos, iniciando no primeiro ano do mandato e terminando ao fim do quinto ano do mandato;
- (E) 4 anos, iniciando no segundo ano do mandato e terminando ao fim do primeiro ano do mandato subsequente.

23- Os créditos adicionais são classificados como:

- (A) discricionários, especiais e mistos;
- (B) suplementares, discricionários e extraordinários;
- (C) suplementares, especiais e extraordinários;
- (D) suplementares, especiais e discricionários;
- (E) suplementares, discricionários e mistos.

24- As propostas dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios são submetidas para apreciação e votação ao:

- (A) Tribunal de Contas da União e ao Senado no Governo Federal; aos Tribunais de Contas dos estados e às Assembléias Legislativas nos estados, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Câmara Legislativa no Distrito Federal e aos Tribunais de Contas dos municípios estaduais e às Câmaras de Vereadores dos municípios;
- (B) Tribunal de Contas da União e à Câmara de Deputados no Governo Federal; aos Tribunais de Contas dos estados e às Assembléias Legislativas nos estados, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Câmara Legislativa no Distrito Federal e aos Tribunais de Contas dos municípios estaduais e às Câmaras de Vereadores dos municípios;
- (C) Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional no Governo Federal; aos Tribunais de Contas dos estados e às Assembléias Legislativas nos estados, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Câmara Legislativa no Distrito Federal e aos Tribunais de Contas dos municípios estaduais e às Câmaras de Vereadores dos municípios;
- (D) Senado no Governo Federal; às assembléias legislativas nos estados, à Câmara Legislativa no Distrito Federal e às câmaras de vereadores dos municípios;
- (E) Congresso Nacional no Governo Federal; às assembléias legislativas nos estados, à Câmara Legislativa no Distrito Federal e às câmaras de vereadores dos municípios.

25- O projeto de PPA da União (PPPA) é elaborado pela(o):

- (A) Secretaria de Investimentos e Planejamento Estratégico (SPI) do Ministério da Fazenda e encaminhado ao Senado Federal pelo Presidente da República, que possui exclusividade na iniciativa das leis orçamentárias;
- (B) Secretaria de Investimentos e Planejamento Estratégico (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, que possui exclusividade na iniciativa das leis orçamentárias;
- (C) Secretaria de Investimentos e Planejamento Estratégico (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e encaminhado à Câmara de Deputados pelo Presidente da República, que possui exclusividade na iniciativa das leis orçamentárias;
- (D) Secretaria de Investimentos e Planejamento Estratégico (SPI) do Ministério da Fazenda e encaminhado ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional pelo Ministro do Planejamento;
- (E) Secretaria de Investimentos e Planejamento Estratégico (SPI) do Ministério da Fazenda, Planejamento e Gestão e encaminhado ao Tribunal de Contas para posterior apreciação pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República.



26- Analise as seguintes afirmativas sobre a Lei Complementar nº 101/00:

I) Introduziu na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Anexo de Metas Fiscais, contendo metas para os 3 anos subseqüentes ao prazo de elaboração para o resultado primário e cambial e para a dívida pública.

II) Determinou que receitas, despesas, ativos e passivos da previdência sejam agrupadas às contas do erário, autorizando o financiamento da União, dos estados e dos municípios com recursos da Previdência social.

III) Criou um sistema de controle institucional em que permite que todos os Poderes estejam igualmente submetidos ao cumprimento de regras e à fiscalização;

IV) Reafirmou o orçamento público como peça de planejamento e controle.

V) Determinou o corte de despesas caso os resultados fiscais se distanciem das metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

São verdadeiras somente as afirmativas:

- (A) I, II, III, IV e V;
- (B) I, III, IV e V;
- (C) II, III, IV e V;
- (D) II, IV e V;
- (E) III, IV e V.

27- De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, analise as seguintes afirmativas em relação ao projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da referida Lei:

I - Conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o Anexo de Metas Físicas, nos quais são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e cambial e montante da dívida pública, para o exercício.

II - Será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

III - Conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definida com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

IV - Deverá apurar o resultado do Banco Central do Brasil a ser transferido até o trigésimo dia útil subseqüente à aprovação dos balanços semestrais.

V - Deverá conter demonstrativo das metas plurianuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos cinco exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) III e IV;
- (D) II, III e IV;
- (E) II, IV e V.

28- De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a despesa total com pessoal, em cada ente da Federação, NÃO poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- (A) União: 50%; Estados: 55% e Municípios: 60%;
- (B) União: 45%; Estados: 60% e Municípios: 65%;
- (C) União: 50%; Estados: 60% e Municípios: 60%;
- (D) União: 55%; Estados: 60%; Distrito Federal: 55% e Municípios: 60%;
- (E) União: 50%; Estados: 55%; Distrito Federal: 60% e Municípios: 65%.

29- Na Arrecadação de receitas públicas via pagamento através de banco, os lançamentos são:

(A) No Sistema Orçamentário

Débito:	Receita Prevista
Crédito:	Execução da Receita

No Sistema Financeiro – arrecadação rede bancária

Débito:	Rede Bancária – arrecadação
Crédito:	Receita a classificar

(B) No Sistema Orçamentário

Débito	Execução da Receita
Crédito:	Receita a classificar

No Sistema Financeiro – arrecadação rede bancária

Débito:	Rede Bancária – arrecadação
Crédito:	Receita Prevista

(C) No Sistema Orçamentário

Débito:	Receita Prevista
Crédito:	Receita a Classificar

No Sistema Financeiro – arrecadação rede bancária

Débito:	Rede Bancária – arrecadação
Crédito:	Execução da Receita

(D) No Sistema Orçamentário

Débito:	Execução da Receita
Crédito:	Receita Prevista

No Sistema Financeiro – arrecadação rede bancária

Débito:	Rede Bancária – arrecadação
Crédito:	Receita a classificar

(E) No Sistema Orçamentário

Débito:	Execução da Receita
Crédito:	Receita Prevista

No Sistema Financeiro – arrecadação rede bancária

Débito:	Receita a classificar
Crédito:	Rede Bancária – arrecadação



Com base nas informações a seguir, responda às questões 30 e 31:

Despesas	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Pessoal	30.000	29.000	29.000	25.000
Juros	5.000	4.500	4.000	4.000
Aquisição de Móveis	20.000	11.000	10.000	9.500
Pagamento Empréstimo	5.000	4.500	4.000	3.000
Total	60.000	49.000	47.000	41.500

30- O valor da Despesa de Corrente executada é de:

- (A) 33.000
- (B) 37.000
- (C) 44.500
- (D) 47.000
- (E) 49.000

31- O Valor dos Restos a Pagar Processados das Despesas de Capital totalizam:

- (A) 0 (nihil)
- (B) 1.500
- (C) 5.500
- (D) 4.500
- (E) 8.000

32- Na Contabilidade Pública, o Ativo Permanente é composto por:

- (A) bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação que independa de autorização legislativa;
- (B) bens, créditos e valores orçamentários ou extraorçamentários, cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa;
- (C) bens, créditos e valores orçamentários, extraorçamentários ou de compensação, cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa;
- (D) bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa;
- (E) bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, exceto quando em transação em moeda estrangeira.

33- A dívida flutuante compreende:

- (A) os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar; os depósitos; os débitos de tesouraria;
- (B) os restos a pagar, os serviços da dívida interna a pagar; os depósitos; os créditos de tesouraria;
- (C) os restos a pagar processados, os serviços da dívida a pagar; os depósitos; a dívida fundada;
- (D) os restos a pagar processados, os serviços da dívida a pagar; a dívida ativa; os créditos de tesouraria;
- (E) os restos a pagar processados, os serviços da dívida externa a pagar; os depósitos; a dívida ativa.

34- A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade:

- (A) superiores a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário e extraorçamentário de obras e serviços públicos;
- (B) superiores a um mês, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário e extraorçamentário de obras e serviços públicos;
- (C) superiores a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos;
- (D) interna superiores a um mês, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário, extraorçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos;
- (E) externa superiores a um mês, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

35- As receitas e as despesas são contabilizadas na Contabilidade Geral (CG) e na Contabilidade Pública (CP) pelos respectivos regimes:

- (A) (CG) competência e competência; (CP) misto e competência;
- (B) (CG) competência e competência; (CP) caixa e misto;
- (C) (CG) misto e competência; (CP) competência e competência;
- (D) (CG) caixa e competência; (CP) caixa e competência;
- (E) (CG) competência e competência; (CP) caixa e competência.

Analise as informações a seguir de receitas e despesas orçamentárias e responda às questões 36 e 37:

RECEITA	PREVISÃO	EXECUÇÃO
Tributária	385	395
Patrimonial	50	30
Transferências Correntes	115	125
Amortização de Empréstimos	35	30
Transferências de Capital	35	15
SOMA	620	595
DESPESA	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO
Pessoal e Encargos Sociais	360	355
Material de Consumo Imediato	115	110
Aquisição de Imóveis	50	45
Inativos e Pensionistas	95	90
SOMA	620	600

36- As receitas correntes arrecadadas totalizaram:

- (A) 395;
- (B) 425;
- (C) 550;
- (D) 580;
- (E) 595.



37- Observa-se:

- (A) Superávit de Execução Orçamentária de 10;
- (B) Déficit de Execução Orçamentária de 40;
- (C) Economia Orçamentária de 5;
- (D) Economia Orçamentária de 20;
- (E) Superávit de Arrecadação de 10.

38- Despesas da União para aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, são classificadas como:

- (A) inversões financeiras;
- (B) investimentos;
- (C) outras despesas de capital;
- (D) operações de crédito;
- (E) imobilizações em andamento.

39- A empresa Faculdades Reunidas encerrou as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/X0. O auditor examinou as demonstrações contábeis encerrando seus trabalhos para fins de emissão de parecer independente em 31/03/X1. Em 15/03/X1, houve uma autuação trabalhista com valor significativo em relação ao patrimônio líquido da empresa. Esse fato:

- (A) não influencia o relatório de auditoria e o parecer independente das demonstrações contábeis de 31/12/X0;
- (B) enseja negativa de opinião às demonstrações contábeis de 31/12/X0;
- (C) enseja emissão de parecer adverso às demonstrações contábeis de 31/12/X0;
- (D) deve ser reportado como evento subsequente às demonstrações contábeis de 31/12/X0;
- (E) deve ser reportado apenas nas demonstrações contábeis findas em 31/12/X1.

40- Os controles internos avaliados pelo auditor independente para fins de planejamento de seus trabalhos são os:

- (A) contábeis e fluxografados;
- (B) contábeis e administrativos;
- (C) fluxografados e administrativos;
- (D) hierárquicos e operacionais;
- (E) fluxografados e hierárquicos.

41- É correto afirmar que, normalmente, no âmbito da Administração Direta Federal, na ausência de Prestação de Contas de um adiantamento concedido:

- (A) o órgão central de controle interno determinará a abertura de processo competente que será encaminhado ao Tribunal de Contas da União nos prazos previstos em atos normativos próprios;
- (B) o órgão central de controle externo determinará a abertura de processo competente que será encaminhado à Corregedoria do Poder de origem nos prazos previstos em atos normativos próprios;

- (C) o Tribunal de Contas determinará a abertura de processo competente que será elaborado pela corregedoria própria nos prazos previstos em atos normativos próprios;
- (D) o órgão central de controle interno determinará a abertura de processo competente que será encaminhado ao Poder Legislativo que, por sua vez, determinará ao Poder de origem nos prazos previstos em atos normativos próprios, parecer;
- (E) o Tribunal de Contas próprio determinará a abertura de processo competente que será encaminhado ao Poder Legislativo que, por sua vez, determinará ao Poder de origem nos prazos previstos em atos normativos próprios, parecer.

Com base nos dados a seguir de contas do Balanço Patrimonial, responda às questões 42 e 43:

Conta	31/12/X0
Bancos e Correspondentes	12
Dívida Fundada	7
Restos a Pagar	5
Débitos de Tesouraria	5
Diversos Responsáveis	3
Almoxarifado	5
Bens Móveis	10
Dívida Ativa	3

42- O Saldo do Ativo Real Líquido é:

- (A) 10;
- (B) 13;
- (C) 15;
- (D) 16;
- (E) 20.

43- A afirmativa adequada é:

- (A) Ativo Financeiro é 12;
- (B) Ativo Financeiro é 20;
- (C) Ativo Realizável é 3;
- (D) Passivo Financeiro é 5;
- (E) Passivo Financeiro é 13.

Com base nos dados a seguir de contas das Demonstrações das Variações Patrimoniais, responda as questões 44 e 45:

Conta	31/12/X0
Receita Tributária	10
Despesas Correntes	9
Receita Industrial	1
Alienações de Bens Móveis	3
Cobrança da Dívida Ativa	3
Inscrição na Dívida Ativa	1
Cancelamento de Dívidas Passivas	1
Investimentos	3



44- As Variações Passivas – Mutações Patrimoniais são iguais a:

- (A) 1;
- (B) 3;
- (C) 6;
- (D) 7;
- (E) 10.

45- As Variações Passivas – Resultantes da Execução Orçamentária totalizaram:

- (A) 9;
- (B) 10;
- (C) 11;
- (D) 12;
- (E) 13.

46- É encarregada/o de estabelecer o montante global da dívida consolidada da União:

- (A) Câmara de Deputados;
- (B) Senado Federal;
- (C) Congresso Nacional;
- (D) Banco Central do Brasil;
- (E) Presidência da República.

47- O auditor independente não obteve resposta à circularização bancária sobre os saldos da conta corrente mantida em um banco em 31/12/X0. Esse fato é chamado de:

- (A) limitação de escopo;
- (B) evento subsequente;
- (C) *follow-up* de auditoria;
- (D) ruído de comunicação de auditoria;
- (E) *cash-flow* bancário.

48- São princípios orçamentários gerais e substanciais:

- (A) Anualidade; Unidade; Universalidade; Equilíbrio e Exclusividade;
- (B) Anualidade; Clareza; Universalidade; Equilíbrio e Exclusividade;
- (C) Anualidade; Unidade; Procedência; Equilíbrio e Exclusividade;
- (D) Publicidade; Unidade; Universalidade; Não-Afetação da Receita;
- (E) Publicidade; Unidade; Universalidade; Equilíbrio e Legalidade da Tributação.

49- De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, são modalidades de licitação:

- I - concorrência;
- II - tomada de preços;
- III - convite;
- IV - cadastro;
- V - apregoação.

- (A) I, II e III;
- (B) I, II e IV;
- (C) I, III e IV;
- (D) I, II, III e IV;
- (E) II, III, IV e V.

50- De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, e legislação complementar, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento denominado concurso será de:

- (A) 5 dias;
- (B) 10 dias;
- (C) 15 dias;
- (D) 30 dias;
- (E) 45 dias.



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Núcleo de Computação Eletrônica
Divisão de Concursos

Endereço: Prédio do CCMN, Bloco C
Ilha do Fundão - Cidade Universitária - Rio de Janeiro/RJ

Caixa Postal: 2324 - CEP 20010-974

Central de Atendimento: (21) 2598-3333

Informações: Dias úteis, de 8 h às 17 h (horário de Brasília)

Site: www.nce.ufrj.br/concursos

Email: concursoufrj@nce.ufrj.br